



Processo: 0112/2023 Modalidade: Pregão eletrônico Nº Modalidade: 54

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PESSOA JURÍDICA

Nº 2023.03-022

CONTRATANTE: Município de SÃO LOURENÇO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.188.219/0001-21 através do Poder Executivo, com sede à Praça Duque de Caxias, número 61, CEP 37.470-000, neste ato representado pelo seu Prefeito, Walter José Lessa, portador do RG 3.829131 e do CPF 005.254.798-13.

CONTRATADA: Mérito - Consultoria, Assessoria Ocupacional e Serviços Ltda, CNPJ nº 14.117.450/0001-73, sediada à Av Fernão Dias Antiga BR 381, 1015, em CAREAÇU, MG, neste ato representada por Sergio Henriques dos Santos, portador do RG mg75808De do CPF 694.152.856-72.

EMBASAMENTO: Processo Administrativo nº 0112/2023- Pregão eletrônico, 54 e na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, as partes ficam contratadas, mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato administrativo tem como objeto Contratação de empresa especializada em serviços especializados em segurança e medicina do trabalho para elaborar Programa de Gerenciamento de Risco – PGR (NR 01), elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO por Médico do Trabalho (NR 07), Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho- LTCAT e dos laudos de insalubridade e periculosidade – LIP, implantação da CIPA – (NR 05) e toda adequação necessária para o envio das informações de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) em formato XML para carregamento do sistema eSocial, com devido acompanhamento da Diretoria de Recursos Humanos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1 - Integra e se vincula ao presente contrato administrativo, o edital do processo licitatório acima epigrafado e seus respectivos anexos, em especial a proposta ofertada, como se aqui estivessem transcritos para produzir todos os seus efeitos.

2.1.1 - A CONTRATADA deverá executar o objeto deste contratado nas condições, exigências e especificações do processo licitatório que embasa este contrato, conforme a proposta ofertada e como dispuser a OS - Ordem de Serviço, emitida pelo Departamento de Compras e Licitações ou por outro Departamento ou Setor formalmente designado para esta função/atividade, bem como as demais condições e obrigações dispostas no item 2.5 abaixo;

2.1.2 - A prestação de serviço poderá ser executada com fornecimento de materiais, caso conste da OS - ordem de serviço, conforme dispuser a proposta ofertada pela CONTRATADA.

2.2 - Não será recebida qualquer prestação de serviço, item ou itens do objeto, que esteja desacompanhado da respectiva nota fiscal e da OS - ordem de serviço, condição para que a despesa seja conferida, atestada e, para a efetiva e regular liquidação.



2.2.1 - Esta regularidade no recebimento da prestação de serviço será condição a ser observada para a preparação do pagamento.

2.3 - A CONTRATADA não poderá aceitar ou executar qualquer serviço solicitado sem a respectiva OS - ordem de serviço, pois a Administração CONTRATANTE não se responsabilizará por serviço executado que não esteja devidamente autorizado na forma prevista.

2.4 - O CONTRATANTE não aceitará prestação de serviços, item ou itens do objeto contratado que não atender(em) as especificações requisitadas, ou ainda que for(em) considerado(s) inadequado(s) para satisfazer os objetivos deste Contrato Administrativo.

2.4.1 - Havendo recusa no recebimento de item ou itens do objeto contratado, a CONTRATADA deverá corrigir, reparar ou substituir o(s) serviço(s) em desconformidade com a OS - Ordem de Serviço, imediatamente, e sem que lhe caiba qualquer ajuste e/ou indenização.

2.4.2 - Havendo a inclusão de materiais/produtos na prestação de serviços e os mesmos sendo recusados, a CONTRATADA deverá fazer as substituições nas mesmas condições do subitem anterior.

2.5 - A prestação de serviço se dará ainda nas condições a seguir:

2.5.1 - A CONTRATADA deverá realizar os Programas (PGR - Programa de Gerenciamento de Risco) conforme NR-01 e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) conforme NR-07 e emitir os Laudos para caracterização de Insalubridade conforme NR-15, Periculosidade conforme NR-16 e o LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho) conforme Lei 8213/91 da Previdência Social, bem como outros comandos normativos que se referem a execução do objeto.

2.5.1.1 - O centro operacional para a realização deste trabalho se dará diretamente na Diretoria de Recursos Humanos, situado no 3º piso do prédio da Prefeitura Municipal de São Lourenço, Praça Duque de Caxias, nº 61 - centro, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 12h (doze horas) às 18h (dezoito horas).

2.5.1.2 - Todos Laudos dos municipais deverão estar concluídos em prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

2.5.2 - A CONTRATADA, no ato da assinatura do contrato, deverá apresentar um cronograma de execução das tarefas - serviços a serem executados para atender satisfatoriamente os objetivos contratados e para que o prazo referido seja atendido e o envio das informações não seja prejudicado.

2.5.3 - A CONTRATADA deverá executar os serviços especializados em medicina do trabalho que cobrirá o número médio aproximado de **1.500** (um mil e quinhentos) servidores municipais, de acordo com as demandas das Secretarias municipais, gerando atendimentos e/ou consultas de aproximadamente **100** (cem) a **130** (cento e trinta) servidores por **mês**.

2.5.4 - A CONTRATADA executará os serviços para atender, principalmente a normatização do **eSOCIAL**- Lançamento de informações de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) com os seguintes requisitos:

2.5.4.1 - A liberação de todos os dados em arquivo no formato XML para envio de informações ao sistema do eSocial com acompanhamento da Diretoria de Recursos Humanos;

2.5.4.2 - Para atender aos eventos relacionados ao SST do programa eSOCIAL deverão ser entregues e/ou enviados imediatamente após a assinatura do contrato, e este poderá ocorrer de forma direta pela empresa contratada através de concessão de procuração digital.

2.5.4.3 - O PCMSO deve ser elaborado por Médico do Trabalho, seu certificado de especialização em medicina do trabalho deve ser anexado ao Programa, o médico coordenador do programa deve indicar o médico examinador no Município de São Lourenço para realizar os exames ocupacionais.

2.5.4 - Os documentos PGR, LTCAT e LIP devem ser elaborados separadamente, sendo que o LIP deve ser conclusivo, abordando os EPI'S e EPC'S utilizados pelos servidores são realmente eficientes para neutralização de agentes insalubres e perigosos, devendo obrigatoriamente disponibilizados em forma digital em até três meses após a assinatura do contrato a ser firmado entre as partes.

2.5.5.5 - Quando necessário e/ou requerido o LIP deverá ser encaminhado detalhadamente de forma a



esclarecer dúvidas do servidor/requerente bem como dos funcionários da Diretoria de Recursos Humanos.

2.5.5.6 - Os serviços especializados deverão ser executados com uso de equipamentos que atendam de forma completa todas as normas técnicas e instruções normativas específicas e as demandas da Diretoria de Recursos Humanos, de forma a atender todas as exigências no controle legal do pessoal e na transmissão de dados pelo eSOCAL.

2.5.6 - A CONTRATADA deverá proporcionar um treinamento para capacitar o servidores da Diretoria de Recursos Humanos, no início da execução contratual, porém, com data marcada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, de modo que as partes se preparem e o prazo será aquele em que os funcionários se mostrem capacitados para a execução das obrigações que lhes serão confiadas.

2.5.7 - Os serviços do médico especialista em medicina do trabalho serão executados diretamente do consultório da empresa que deverá estar localizado e instalado na cidade de São Lourenço - MG, no início da execução contratual possuindo todos os equipamentos como especificados no termo de referência.

2.5.7.1 - A necessidade e obrigatoriedade da instalação e funcionamento do consultório na cidade de São Lourenço se deve ao fato que todos os atendimentos aos funcionários municipais devem ocorrer nesta localidade, de modo a não onerar aqueles que serão atendidos ou mesmo a Administração CONTRATANTE.

2.5.7.2 - Os equipamentos utilizados pela CONTRATADA deverão possuir o devido registro em conformidade com as normas técnicas acima referenciadas e deverão ser apresentados os respectivos certificados de calibração impressos e anexados aos laudos fornecidos.

2.5.8 - A CONTRATADA deverá garantir sob sua total responsabilidade as condições técnicas e operacionais para a elaboração dos laudos acima listados, de modo que as informações sejam enviadas mensalmente, de modo a atender as normas do MTE e, principalmente as informações do e-SOCIAL, conforme todas as descrições e especificações constante no termo de referência que embasa a contratação.

2.5.9 - A CONTRATADA deverá emitir e apresentar nota fiscal do serviço executado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao serviço prestado, de forma que o CONTRATANTE efetue o respectivo pagamento até o 15º (décimo quinto) dia útil do respectivo mês.

2.5.9.1 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução contratual a sua regularidade para com o INSS, FGTS e Trabalhista (CNDT), pois sem esta comprovação o pagamento não poderá ser efetuado.

2.5.10 - O prazo para a execução deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

2.5.10.1 - O prazo para execução deste serviço poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, conforme dispõe o inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

2.5.10.2 - Havendo prorrogação contratual após 12 (doze) meses de execução, o valor mensal deste serviço poderá ser reajustado pelo índice do IGP-M da FGV ou outro que vier substituí-lo.

2.5.11 - O servidor municipal **PAULO APARECIDO COTA, Diretor de Recursos Humanos** fica designado para fiscalizar a execução contratual para receber PROVISORIAMENTE os serviços prestados, para conferi-los, aceitá-los ou recusá-los, e posteriormente para emitir o RECEBIMENTO DEFINITIVO, de modo que a despesa possa ser liquidada e quitada, via bancária.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1 - O prazo para a execução do serviço do objeto deste contrato administrativo será de 17/03/2023 a 17/03/2024

3.2 - O prazo referido poderá ser alterado, conforme o interesse da Administração, desde que requerido pela CONTRATADA com motivação fundamentada e deferimento do CONTRATANTE.

3.3 - Dentro da vigência do item anterior, o objeto será prestado total ou parcialmente, conforme as necessidades administrativas e como dispuser as ordens de serviço - OS, e ainda como exigido nos anexos



do edital do processo acima epigrafado.

3.4 - Ao atingir o prazo pactuado no item 3.1 ou ao se esgotar o quantitativo do objeto contratado, salvo se houver celebração de termo aditivo, a prestação de serviço deverá ser encerrada imediatamente, independente de qual seja a primeira ocorrência, prevalecendo sempre o interesse da Administração CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATADO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - Dá-se ao presente contrato administrativo, o valor total e irrevogável de R\$ 86.400,00 (Oitenta e Seis Mil e Quatrocentos Re4).

4.2 - No valor referido estão inclusos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários da CONTRATADA, incluindo os custos diretos e indiretos inerentes à prestação dos serviços requisitados, bem como os outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto, não restando quaisquer obrigações ao CONTRATANTE que exceda no valor referido no item anterior.

4.3 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após a prestação de serviços e emissão da nota fiscal correspondente

4.4 - Na nota fiscal deverá estar descrito o número do processo licitatório e da modalidade.

4.4.1 - Deverá estar anexada na nota fiscal a(s) respectiva(s) OS - ordem de serviço, condição para recebimento da prestação de serviço, bem como para que o pagamento seja efetuado.

4.4.3 - Quando na prestação do serviço estiver incluído o fornecimento de materiais, a nota fiscal deverá ser emitida, obrigatoriamente, separando o valor do serviço e do valor correspondente aos materiais, de forma a atender Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971/2009.

4.5 - Qualquer irregularidade detectada pelo servidor designado para fiscalizar da execução contratual será possível a retenção do pagamento à CONTRATADA até o restabelecimento do pactuado, seja na forma, condições, prazo de entrega, especificações e/ou qualidade do objeto contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste instrumento.

4.6 - Para que o pagamento seja efetuado, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente manter durante toda a execução contratual a sua regularidade para com INSS, FGTS e Débitos Trabalhistas - CNDT.

4.6.1 - A regularidade será conferida na data da emissão da nota fiscal e também na data do pagamento. Havendo qualquer irregularidade, o pagamento será suspenso até a respectiva regularização.

4.7 - Não haverá pagamento referente a prestação de serviço em desconformidade com a OS - ordem de serviço ou que tenha havido recusa pela fiscalização do contrato.

4.7.1 - Também não haverá pagamento referente a prestação de serviço sem a respectiva OS, condição da execução do serviço referida na cláusula segunda deste instrumento.

4.8 - O pagamento somente será efetuado por via bancária, através de depósito na conta e agência determinadas pela CONTRATADA.

4.9 - A Administração CONTRATANTE, no ato do pagamento, efetuará a retenção na fonte de eventuais tributos devidos, se a legislação assim o exigir. O valor desta retenção deverá estar destacado na Nota Fiscal.

4.9.1 - A CONTRATADA deverá encaminhar junto com a nota fiscal, documento que comprove sua opção pela tributação pelo SIMPLES NACIONAL, e ainda apresentar a declaração de faturamento indicando o nível da tabela de retenção em que está enquadrada, no que couber, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.9.2 - A CONTRATADA é responsável pela correção dos dados e valores apresentados, bem como por quaisquer erros ou omissões constantes nas notas fiscais.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



5-1 - As despesas decorrentes deste contrato administrativo correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) do orçamento vigente:

3.3.90.39.2.03.01.04.122.001.0018

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E DA GARANTIA

6.1 - A CONTRATADA se responsabiliza a prestar o serviço do objeto contratado com qualidade e pontualidade, conforme dispuser a OS - Ordem de Serviço e como descrito no edital e anexos do processo administrativo que embasa este instrumento, e como constar na proposta ofertada, garantindo ainda ressarcir ao CONTRATANTE possíveis prejuízos financeiros apurados por desconformidade na execução pactuada.

6.2 - A CONTRATADA se responsabiliza em substituir, corrigir ou reparar, item ou itens do objeto contratado, conforme o caso, acatando determinação da fiscalização da execução deste instrumento, com presteza, disponibilidade e pontualidade, sem qualquer custo adicional e sem prejuízo do prazo estipulado.

6.3 - A CONTRATADA é a única responsável pela total execução deste contrato.

6.4 - A CONTRATADA se obriga a manter durante a execução contratual as condições técnicas de responsabilidade operacionais, produtivas, de licenciamento, às normas da ABNT e do INMETRO, no que couber, bem ainda as situações de habilitação e qualificação técnica exigidas no processo licitatório que deu origem a este contrato, bem como de outras concernentes e exigidas para a prestação do serviço do objeto deste contratado, conforme condições para apresentação da proposta de preço ofertada pela CONTRATADA.

6.4.1 - A CONTRATADA fica obrigada a dar garantia da prestação do serviço pelo prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, salvo se outro maior não for pactuado, no que se refere aos reparos comuns.

6.4.2 - Quando a prestação de serviço envolver fornecimento de materiais, além do prazo mínimo referido, a CONTRATADA garante os prazos constantes nos certificados oferecidos pelos fabricantes, ou se outro maior não for pactuado, ou ainda conforme exigido para a apresentação da proposta de preço.

6.5 - Será da CONTRATADA a garantia pela procedência, condições, qualidade, e outros atributos inerentes à prestação dos serviços, bem como pelas normas especificadas pelos órgãos de controle, bem ainda de outras condições complementares, conforme consignadas no processo licitatório que embasa este instrumento.

6.6 - A CONTRATADA responde civil e criminalmente por danos e prejuízos devidamente apurados, que da execução ou inexecução do objeto contratado vier a causar, direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

7.1 - A fiscalização na execução deste contrato administrativo será exercida por servidor designado pelo CONTRATANTE, com atribuições para aferir os serviços executados e o cumprimento integral das condições pactuadas pela CONTRATADA, tais como os requisitos para o aceite, a recusa ou designação de substituição e/ou correção de item, itens ou de todo o objeto contratado, bem ainda as condições referidas na cláusula sexta.

7.2 - A não observância do item anterior, seja nas condições e prazo estipulados para substituir ou corrigir a execução pactuada, resultará motivo de rescisão contratual, além de outras sanções previstas neste contrato.

7.3 - Este contrato administrativo não poderá ser transferido no todo ou em parte, ou ainda cedido, salvo de interesse público e da Administração, e formalmente autorizado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES E DA RESCISÃO DO CONTRATO



8.1 - Este contrato administrativo poderá ser alterado no interesse público e das partes, através de termos aditivos, em conformidade com os artigos 57, 58 e 65, todos da Lei nº 8.666/93, no que couber.

8.1.1 - Quando a prestação de serviço for executada de forma contínua e imprescindível para a Administração CONTRATANTE, poderá o contrato, com a devida justificativa, ser prorrogado nas condições previstas nos incisos II ou IV, do referido art. 57, conforme o caso.

8.1.2 - Havendo prorrogação contratual conforme disposto no item anterior, no interesse da Administração, o valor do contrato poderá ser revisto, após completar 12 (doze) meses de execução, observando-se o índice de repactuação pelo INPC/IBGE acumulado no período ou por outro que venha a substituí-lo.

8.1.3 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme o interesse do CONTRATANTE.

8.1.4 - Havendo modificação na execução do contrato para atender o disposto no item anterior e o aumento ou diminuição do serviço implicando no preço, deverá ser feito termo aditivo para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

8.1.5 - O valor do contrato, de item ou de itens que integram o objeto contratado, poderá ser revisto para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que seja requerido pela CONTRATADA e instruído na forma legal com as peças contábeis-financeiras que demonstrem a real situação apresentada, como também de demonstrativos do comportamento de mercado, desde que se enquadrem nas hipóteses de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis ou de força maior, ou ainda outras condicionantes que configurem a alea econômica, e que possam impedir a regular execução contratual.

8.2 - A rescisão deste instrumento poderá ser efetivada, caso ocorra quaisquer dos motivos mencionados no art. 78, em especial frequência no comportamento descritos na cláusula sexta e será processada conforme dispõe o art. 79, ambos da Lei regente deste contrato, no que couber.

8.3 - A situação indicativa da rescisão contratual será levada a CONTRATADA, através de notificação administrativa e garantindo-lhe o direito da ampla defesa e do contraditório.

8.4 - Além das referidas hipóteses, poderá o CONTRATANTE rescindir o presente contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, com motivação de falência, concordata, dissolução ou insolvência da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - DO RECONHECIMENTO DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES

9.1 - A CONTRATADA declara reconhecer os direitos da Administração CONTRATANTE e a supremacia do interesse público, em caso de Rescisão Administrativa, como dispõe o art. 77 da Lei regente deste contrato.

9.2 - As obrigações estabelecidas neste instrumento, quando não cumpridas no seu todo ou parcialmente, sujeita-se à CONTRATADA as sanções previstas na mencionada Lei regente deste contrato e outras normas que regem a Administração Pública, além de multas pelas seguintes condições e nos seguintes percentuais:

9.2.1 - 10% (dez por cento) do valor contratado pela sua inexecução total;

9.2.2 - 5% (cinco por cento) do valor total do contrato pela sua inexecução parcial;

9.2.3 - 10% (dez por cento) do valor da (OS) - ordem de serviço, pela sua inexecução ou atraso na entrega do que foi requisitado;

9.2.4 - 5% (cinco por cento) do valor da (OS) - ordem de serviço quando houver a execução em desconformidade com a requisição.

9.3 - O recolhimento das multas referidas deverá ser efetivado através de guia própria retirada do Departamento Financeiro (Tesouraria Municipal) da Prefeitura e com depósito em conta bancária determinada pelo



CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da recebimento da respectiva aplicação.

9.4 - Além da aplicação de multas, o CONTRATANTE poderá aplicar a suspensão da CONTRATADA em participar de futuras licitações ou assinar contrato com a Administração por prazo já fixado em 2 (dois) anos.

9.5 - Poderá ainda o CONTRATANTE declarar a idoneidade da CONTRATADA para contratar com a Administração Pública até que se encerre a sanção aplicada, conforme o item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

10.1 - Nos casos omissos e não previstos neste contrato administrativo, serão aplicadas as normas e regulamentações vigentes, que também prevalecerão quando houver conflitos nas suas Cláusulas.

10.2 - As partes elegem do Foro da Comarca de SÃO LOURENÇO para dirimir as questões decorrentes deste instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, ajustadas e contratadas na melhor forma de direito, as partes por seus representantes legais, assinam o presente contrato administrativo, em duas vias de igual teor e forma para um só e iurídico efeito. perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

SÃO LOURENÇO. 17 de março de 2023

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de São Lourenço / MG
Walter José Lessa
Prefeito

CONTRATADA

Mérito - Consultoria, Assessoria Oupacional e Servicos Ltda
Seraio Henrique dos Santos

Visto: _____

Robson Soares de Souza

OAB nº 100-863

RG: _____ RG: _____